

Educação como Política Social e a Construção da Cidadania

ALEXANDRA LOURENÇO

Caros alunos,

Esse ebook é um pdf interativo. Para conseguir acessar todos os seus recursos, é recomendada a utilização do programa Adobe Reader 11.

Caso não tenha o programa instalado em seu computador, segue o link para download:

<http://get.adobe.com/br/reader/>

Para conseguir acessar os outros materiais como vídeos e sites, é necessário também a conexão com a internet.

O menu interativo leva-os aos diversos capítulos desse ebook, enquanto as setas laterais podem lhe redirecionar ao índice ou às páginas anteriores e posteriores.

Nesse *pdf*, o professor da disciplina, através de textos próprios ou de outros autores, tece comentários, disponibiliza links, vídeos e outros materiais que complementarão o seu estudo.

Para acessar esse material e utilizar o arquivo de maneira completa, explore seus elementos, clicando em botões como flechas, linhas, caixas de texto, círculos, palavras em destaque e descubra, através dessa interação, que o conhecimento está disponível nas mais diversas ferramentas.

Boa leitura!



SUMÁRIO

Introdução

Neste *e-book* discutimos a importância da educação de qualidade para instrumentalizar a cidadania, que tem a potência de tornar-se uma política social efetiva para o combate à pobreza política se conseguir gerar condições de estímulo à participação.

Os problemas vivenciados, como o desemprego e a precarização, são amenizados com uma educação que, pelo conhecimento, fortalece a sociedade civil na situação atual.

Assim como a classe trabalhadora do século XIX realizou conquistas históricas na questão dos direitos e da cidadania, atualmente, mesmo que não é a mesma classe trabalhadora do século passado e o capitalismo também não é o mesmo, não há outro caminho para conquista e efetivação de direitos além da organização da sociedade civil e da própria potência individual que o conhecimento instrumentaliza.

Na realidade a educação de qualidade tem a virtude de gerar uma sociedade que não aceita a precarização, resiste a ela para encontrar novas vias. Afinal, a precarização é interesse dos grupos econômicos predominantes e cabe aos explorados conseguirem resistir. Quanto melhor for o padrão educacional no sentido emancipatório e criativo da sociedade maior são as possibilidades, pois como já alerta Paulo Freire, toda educação é política.

Para saber mais sobre essa perspectiva de Paulo Freire assista ao vídeo sobre a *Pedagogia da autonomia*, do professor André Azevedo da Fonseca.

Pedagogia da autonomia

1. Políticas sociais e a questão das desigualdades

A partir da concepção de políticas sociais como enfrentamento das desigualdades, a principal política social é aquela que viabiliza a autopromoção do indivíduo.

Essa concepção, extraída do pensamento do autor Pedro Demo, consta em suas diversas obras. É, portanto, um enfrentamento da desigualdade, têm que, necessariamente, promover redistribuição de renda e poder, pelo trabalho e a cidadania. Na obra *Política Social, Educação e Cidadania*, ele afirma que

[...] política social não é ajuda, piedade ou voluntariado. Mas o processo social, por meio do qual o necessitado, gesta consciência política de sua necessidade e, em consequência, emerge como sujeito de seu próprio destino, aparecendo como condição essencial de enfrentamento da desigualdade sua própria atuação organizada. Assim, o processo emancipatório histórico conhece sobretudo duas vias: a via econômica, traduzida pelo trabalho e pela produção, que pode garantir auto sustentação; e a via política, traduzida pela formação da cidadania organizada, que pode garantir a autogestão. (DEMO, 1996b, p. 30.).

A **autopromoção** somente se realiza a partir de dois eixos extremamente relacionados, o socioeconômico e o político. Neste processo de enfrentamento das questões sociais, é fundamental a formação de indivíduos com qualidade política e formal, conquistando assim a cidadania emancipatória.

Nesta perspectiva, em que cabe ao indivíduo tornar-se participativo e produtivo. Para que o enfrentamento da desigualdade ocorra, a escola ocupa um lugar fundamental pois, na atualidade esta instituição é o principal espaço, em que a educação formal e política ocorre e é o professor o agente principal envolvido no processo. Portanto, a principal forma de enfrentamento das desigualdades é a educação que emancipa os indivíduos, que os transforma de objetos em sujeitos de sua história, que passa da mera reprodução para construção de novos conhecimentos e novas realidades.

A educação de qualidade leva o aluno a desenvolver a habilidade de reconstruir conhecimento, não apenas de deter informações, que é fato indispensável, mas acima de tudo saber manejar informações, construir e não apenas reproduzir. Esse lado formal tem grande importância e atrelado ao político que é a cidadania, as desigualdades, em longo prazo, amenizam. É sucesso a longo prazo, porque, qualquer medida que trabalha na base de uma sociedade não pode ser imediatista.

Desta forma, a grande importância do domínio do conhecimento como política emancipatória, é entendida ao observar-se as transformações ocorridas na sociedade. Passa-se de uma sociedade industrial para uma sociedade pós-industrial, que tem como fonte propulsora a tecnologia e a ciência. A produção do conhecimento é fonte de renovação. Então, a partir da própria demanda do mercado que há espaço para realização da cidadania.

A questão social que não é nova, na realidade, a desigualdade na distribuição dos empregos e das rendas não modificou as bases, apenas sua intensidade. O sistema permanece capitalista e se regula pela lógica do capital, do desigual, da diferença. O que ocorre é uma mudança no conteúdo do capitalismo.

No período do capitalismo da mais valia absoluta, o ideal era o trabalhador ignorante, explorado e alienado, pois lhe era exigido apenas dispêndio físico de energia, porquanto as tarefas criativas da empresa ficavam com um número restrito de funcionários. A melhoria da produtividade se dava, pois, principalmente pela exploração das horas de trabalho, razão pela qual a mais-valia absoluta sempre foi mensurada por horas de trabalho. Agora, há a fase subsequente do processo produtivo, marcada pela competitividade globalizada e qualidades dos produtos e serviços gestadas essencialmente pelo manejo criativo do conhecimento, superando tarefas meramente repetitivas. (DEMO, 1999, p. 124)

Atualmente vive-se a sociedade do capitalismo da mais valia relativa, e que o conhecimento adquiriu força central e gera mudanças, principalmente no perfil do trabalhador almejado pelo mercado. É nesse sentido que o autor Demo propõe uma política social do conhecimento. Segundo ele, “[...] sendo a sociedade do conhecimento no fundo manipulada pela economia intensiva do conhecimento, podemos entender por política social do conhecimento sobretudo o processo de reconstrução e uso do conhecimento para fins sociais.” (DEMO, 1999, p. 137)

A partir destas considerações, o que se analisa, nesse tópico, é a relação entre educação (considerada como uma política social), trabalho e emprego. Discute-se sobre a possibilidade da educação ser considerada uma política social de enfrentamento do desemprego e da precarização por meio do resgate e da difusão de uma nova concepção de trabalho.

2. O caráter político do trabalho e do emprego: tecendo conceitos

Segundo o autor Márcio Pochmann, no Brasil, o problema do emprego agrava-se desde a última crise da dívida externa, no início dos anos 80 e, a partir de 1990, consolida-se uma tendência de destruturação do mercado de trabalho, gerando um efeito devastador, mas esperado.

Para conhecer o pensamento do autor, assista a palestra realizada em 2016 no projeto: *Na trilha da democracia*.

Na trilha da democracia

E a leitura da entrevista realizada em 2018 pela Revista Forum:

Revista Fórum - Entrevista com Marcio Pochmann

A partir desta constatação ele propõe um modelo de políticas articuladas que, em seu conjunto. Resgatam, senão por completo, pelo menos em grande parte, a distribuição de empregos. Segundo ele, “[...] o emprego constitui uma variável básica do funcionamento de uma economia capitalista. A sua determinação encontra-se associada a um conjunto amplo de elementos-chave.” (POCHMANN, 1999, p. 108)

Também, aponta que a quantidade e a qualidade do emprego no capitalismo contemporâneo são determinadas, fundamentalmente, por cinco elementos que são: as políticas macroeconômicas, as políticas de emprego, as políticas de bem-estar social, o paradigma técnico - produtivo e o sistema de relações de trabalho, e “[...] dependendo do grau de articulação, bem como da relevância conferida a cada um dos elementos-chave, pode haver uma elevada funcionalidade na determinação da quantidade e da qualidade do emprego no capitalismo contemporâneo.” (POCHMANN, 1999, p. 110)

O autor alerta para o caráter eminentemente histórico e político da atual configuração e da possibilidade da transformação.

Em outras palavras, o emprego seria uma variável dependente da reação da sociedade ante o fenômeno histórico da subutilização do trabalho. Se identificada a existência de um conjunto de ações coordenadas e articuladas pelas políticas macroeconômicas, pelo paradigma técnico produtivo, pelas políticas de bem-estar social, pelo sistema de relações de trabalho e pelas políticas de emprego, pode haver o uso pleno da força de trabalho. (POCHMANN, 1999, p. 110)

Ainda que não haja a mesma confiança no uso pleno da força de trabalho nos moldes propostos pelo autor no trecho acima, sem dúvida concorda-se que, no combate da desigualdade, na distribuição de renda e poder, o emprego é discussão fundamental, assim como para

enfrentá-lo são necessárias forças políticas de emprego. Desta forma a educação, seja a profissional ou não, é considerada como uma política de emprego, ferramenta de acesso ao mercado, mas, aquela que gera qualificação tornando o trabalhador apto às exigências do mercado, assim como apto a exigir do direito de participar da riqueza social, reivindicar sua parte e dela extrair uma renda que fornece um sentido de integração, ainda que seja pelo consumo.

Portanto, a educação efetiva, enquanto política de emprego, têm que, necessariamente, ser universal, pública e de boa qualidade. Não se pode cair na ignorância de oferecer uma educação pobre para o pobre. (DEMO, 1999).

A autora Victória Camps (1993) também salienta a importância da educação para amenizar as desigualdades na distribuição dos empregos. Contudo, antes de prosseguir com essa discussão, é fundamental esclarecer as diferenças entre os termos trabalho e emprego.

Para estabelecer a diferença entre trabalho e emprego, pensa-se no trabalho de maneira genérica, como aquela atividade que satisfaz as necessidades e que, portanto, tem valor de uso, mesmo que ainda sem valor de troca. O mesmo não ocorre com o emprego em que o trabalho (atividade) é mercadoria medida pelo valor de troca e que proporciona renda. Assim quando se fala em emprego e não em trabalho, só se faz para evitar confusões conceituais. Mercado de trabalho ou emprego são atividades que, necessariamente, proporcionam renda.

Segundo Camps alguns autores argumentam que, na atual sociedade, o trabalho não é mais a fonte principal de identidade social, mas que, ao contrário, os indivíduos forjam sua identidade em atividades fora do trabalho, no mundo da vida pessoal.

Somente o trabalho pré-industrial correspondia a uma satisfação das necessidades sentidas, quer dizer, tinha um valor de uso. Alguém trabalhava para conseguir aquilo que necessitava diretamente: casa, comida, vestuário. Atualmente o trabalho é medido pelo salário ou pela ganância econômica que representa. O ganhar dinheiro custa tempo, um tempo calculável [...] a inatividade equivale à falta de rentabilidade econômica. Por outro lado, observamos que diferentemente dos critérios pelos quais se mede o âmbito público do trabalho, o âmbito da vida privada carece de tempo calculável. O tempo livre, dedicado ao trabalho é, como o afirma Gorz tempo de vida ou, se quiserem, tempo para viver e não para trabalhar. (CAMPS, 1993, p. 127)

Citando Marx, Ricardo Antunes afirma que neste pensamento percebe-se a tese marxista dos dois reinos, o da necessidade e o da liberdade.

De fato, o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta: por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. O Selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida, e o mesmo(sic) tem de fazer o (sic) civilizado, sejam quais forem as formas

de sociedade e o modo de produção. Acresce, desenvolvendo-se, o reino do imprescindível. É que aumentam as necessidades, mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas para satisfazê-las. A liberdade nesse domínio só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuando com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana. Mas esse esforço situar-se-á sempre no reino das necessidades. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas com um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. e a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho. (ANTUNES, 1999, p. 173)

O trabalho, considerado instrumento de tortura na Antiguidade, assim como na tradição judaico-cristã, é, na sociedade industrial, a principal fonte de pertencimento e participação social, segundo Camps,

O trabalho havia adquirido uma importância fundamental na vida de cada um. Era preciso trabalhar para ser alguém. O trabalho era fonte de dinheiro, a segurança, o reconhecimento social, era inclusive o prestígio e o poder. No entanto era também fonte de profundas desigualdades. (CAMPS, 1993, p. 124)

Contudo, argumenta a autora, que ainda que devido às transformações ocorridas, não tem o mesmo potencial. Ainda é importante, tanto o trabalho qualificado como o não qualificado porque, no sistema capitalista, é fonte de renda.

Seja de uma ou de outra espécie, o trabalho continua a ser considerado tão essencial para a vida como começou a sê-lo com a modernidade. Com isso, uma vez nem todos os trabalhos são iguais quanto à remuneração e quanto ao grau de significação da pessoa, achamo-nos diante do fato paradoxal de ser o trabalho, simultaneamente, a oportunidade teórica da igualdade social e a consolidação e constatação real das desigualdades mais atrozes. E isso porque o valor do trabalho continua a ser o dinheiro que se obtém através dele. (CAMPS, 1993, p. 124)

Assim, no mundo da lógica racional capitalista, o trabalho que deveria libertar para o tempo livre, o tempo da vida por exemplo, não o faz porque o tempo livre se torna o tempo do consumo, do giro de mercadorias, das pseudonecessidades. Uma boa educação mais do que referencial para o emprego é, também a educação com consciência do sentido do trabalho, essa é uma utopia a buscar.

Camps aponta para uma resolução da contradição entre tempo para a necessidade, e tempo da liberdade, ou ainda, tempo livre que liberta e tempo de consumo que aprisiona. Segundo ela,

Essa contradição terá que ser resolvida, conseguindo que o reino da necessidade se reduza ao mínimo, a fim de que o outro reino - o do tempo livre - ocupe realmente o tempo maior de nossas vidas, já que, se há de ter algum sentido o trabalho, este será dado pelo tempo livre e não pelo próprio trabalho. A qualidade de vida não deveria ser a de maior poder aquisitivo, mas aquela que oferece possibilidade de se viver mais, de se poder dedicar mais tempo à vida. (CAMPS, 1993, p. 127)

Nesta linha reivindicar emprego em uma sociedade que produz cada vez mais riqueza com menor mão de obra implica em políticas socialistas que privilegiem o social antes do econômico e que, como primeiro ponto, se divida o tempo de trabalho. Segundo o pesquisador André Gorz,

[...] atingimos um nível de produtividade em que a relação entre volume de trabalho e o volume de riqueza foi abolida. Quantidades crescentes de riqueza são produzidas com volumes reduzidos de trabalho. A reivindicação de uma renda plena, conseqüentemente, já não pode depender do emprego em tempo integral ininterrupto, nem pode o poder aquisitivo da população depender do volume de trabalho realizado. (GORZ, 1996, p. 30)

O trabalho deixa de ser a medida e a escassez do trabalho pensada como maldição pode, segundo o autor, reverter-se em benefício, em solução. A questão deixa de ser meramente econômica e torna-se, principalmente, política e teórica. A luta é para permitir que cada indivíduo beneficie-se dessa liberação do tempo e usá-la para o desenvolvimento de atividades fins em si mesmas, autônomas e libertadoras.

Assim, como é preciso uma educação que, “[...] em primeiro lugar, estimule a predisposição favorável com relação a todas as atividades que requeiram uma certa entrega ao próximo, atividades que proliferam na vida cotidiana e que, em sua totalidade, são intransferíveis.” (CAMPS, 1993, p. 131)

Em relação à importância de se distribuir o tempo de trabalho socialmente necessário, prossegue Camps: “[...] humanizar o trabalho passa por uma distribuição melhor dele, a fim de que o máximo de pessoas possa trabalhar para logo alcançar a liberdade e a possibilidade de fazer outras coisas, ocupando-se naquilo que mais preencha a sua vida.” (CAMPS, 1993, p. 131)

Nesta mesma linha de argumentação, Gorz afirma que o interesse geral de uma sociedade democrática de iguais requer que cada um se sinta apto a contribuir de alguma forma para o bem comum.

Assim,

[...] o direito ao trabalho é um direito humano básico, pois significa que a sociedade reconhece seu direito de ganhar a vida e que a distribuição do trabalho socialmente útil será organizada segundo esses princípios. Uma redução geral das horas de trabalho será uma pré-requisito e uma consequência da distribuição equitativa de trabalho para todos os cidadãos. (GORZ, 1996, p .30)

Em relação à discussão sobre renda mínima, que assola alguns países da Europa desde o final do século XX, Gorz analisa duas tendências. Uma que deseja garantir uma renda mínima insuficiente, e outra de uma renda suficiente. A partir desta análise defende a ideia de que é necessário participar da produção social pois isso implica em adquirir direitos e deveres. Assim, o trabalho é um direito político adquirido.

Coloca ainda que existe uma relação dialética entre o trabalho e as atividades microsociais e que uma renda que dispensa o trabalho está menosprezando essa relação.

A abolição das esferas microsocial e privada significa a arregimentação total de indivíduos completamente despossuídos deles mesmos. Inversamente a vida sem trabalho universalmente intercambiável e publicamente reconhecido significa para o indivíduo que está destinado a inutilidade e à inexistência pública. (GORZ, 1996, p. 84)

O autor considera que é necessário que o trabalho regressivo, na esfera econômica há que ser dividido, assim, todo indivíduo participa da produção social interagindo, adquirindo direitos e deveres ao contrário de uma tutela do Estado. Outro ponto é que definitivamente uma “[...] renda plena não deve depender de um trabalho em tempo integral, caso contrário estaremos apenas maquiando a situação.” (GORZ, 1996, p. 86)

Feitas estas considerações podemos indagar como os indivíduos ou sujeitos sociais, reivindicam esta diminuição da jornada? Ou ainda de onde virá sua força? Podem mesmo realizar tal feito? E, caso consigam, estão realmente preparados para assumir os postos novos de trabalho ou emprego que surgirem, porventura?

3. Educação e cidadania

Para equacionar as diferenças acreditamos que é necessária uma educação de boa qualidade. Consideramos que esta é a única que instrumentaliza o sujeito histórico e potencializa esta força numa direção interessante. Educação de boa qualidade é considerada aquela que fornece a possibilidade de reconstrução autônoma do conhecimento, em que o indivíduo passa de objeto a sujeito do processo.

Em uma sociedade informatizada e globalizada, o trabalhador necessita, acima de tudo, saber manejar informações para construir conhecimento pois esta é a grande necessidade do mercado. Por outro lado, o mercado pela própria lógica, não tem intenção de distribuir empregos à maneira de uma política socialista, não é o justo em suas condições. Portanto, aqui entra a segunda face da boa educação que se completa com a primeira e proporcionam o ambiente propício para uma política do conhecimento que emancipa, que torna possível a cidadania como conquista diária, a partir do sujeito individual e coletivamente organizado e torna o trabalho um direito.

Nesse sentido, a concepção de trabalho ou emprego é pensada, em uma sociedade capitalista que atrela a possibilidade da renda plena à participação na esfera da produção das necessidades que são remuneradas, como um direito e, sua falta, como uma violência. Assim como é importante perceber que o aumento do tempo livre, quando não utilizado para o mero consumo, é um tempo emancipador.

Neste tópico apontamos a importância da educação de qualidade constituir-se instrumento de resistência às tendências exploradoras do atual capitalismo financeiro que estreita de forma global a possibilidade de sobrevivência e de sobrevivência digna daqueles que vivem do trabalho, tanto pela preparação mínima para competir por uma vaga no mercado de trabalho, quanto para organização da sociedade civil a fim de exigirem a ampliação destas vagas. Enfim a educação instrumentaliza o aluno de maneira que esta possa resistir e criar individual e coletivamente outras possibilidades.

Contudo é uma educação de qualidade. E qualidade é construção e atributo humano, sua origem está nos recursos envolvidos, em particular nos professores.

3.1 A importância da cidadania no enfrentamento das desigualdades

Para que a Educação se constitua em política social de enfrentamento das desigualdades de forma histórico-estrutural, consideramos que ao professor cabe possuir qualidade formal e política, mesmo porque isso, em síntese, não é possível sem a devida precaução, para ser um orientador no processo de construção de cidadania de seus alunos. A cidadania escolar é aquela que proporciona, a partir do domínio reconstrutivo do conhecimento, capacidade de criar alternativas, levando a uma condição de sujeito histórico.

O pensamento histórico-estrutural parte da ideia de que o conflito social é algo estrutural na sociedade, mas não que a conduza à estabilidade e à imobilidade. A estrutura aqui não é pensada nos termos naturalizantes do estruturalismo, mas como algo dinâmico no sentido da influência histórica. Dessa forma, o conflito social é algo estrutural que força à constante superação histórica.

Segundo Demo:

[...] a desigualdade social é um fenômeno histórico-estrutural, na acepção de que faz parte da estrutura de cada sociedade e condiciona o dinamismo próprio de cada fase histórica. Dizemos que toda formação social é suficientemente contraditória para ser historicamente superável e nisto fazemos uma afirmação de estilo histórico-estrutural. De um lado, sugerimos que se trata de uma invariante histórica, ao nível mais geral, segundo a qual nenhuma sociedade poderia existir fora de tal condicionamento. De outro, sugerimos que nisto reside a historicidade, ou seja, seu aguilhão infundável, que a conserva um todo sempre em gestação, irrequieto, revolto, revolto e por vezes em explosão. (DEMO, 1985, p. 84)

Nesta perspectiva propõe-se considerar a desigualdade como um fenômeno estrutural e estimativo, existindo em toda sociedade humana, pois é justamente este conflito que impulsiona as transformações, as modificações. Dizer que em toda sociedade humana existe desigualdade não significa adotar uma postura acomodada, mas perceber neste fenômeno a dialética intrínseca a ele que proporciona o desenrolar histórico.

Aqui percebemos as desigualdades sociais como fontes de renovação, de conflito, significa dizer que o sujeito histórico busca constantemente sua superação. Ainda que estejamos partindo do pressuposto de que as desigualdades fazem parte da estrutura social, vemos-la como o local da dialética, da lógica dos contrários, assim o ator transformará sua situação a partir de articulações e novas construções. Significa dizer que é possível encontrar formas menos “**desiguais de desigualdade**”.

Ainda que não seja possível uma sociedade sem desigualdade, pensamos a partir do autor Demo que “[...] a meta seria a institucionalização de formas mais desejáveis de desigualdade. E todavia, do ponto de vista dialético, a história não termina, pelo contrário, continua precisamente porque, não cessando o conflito em si, sempre haverá suficiente para a ebulição da realidade.” (DEMO, 1985, p. 84)

Também são fenômenos estruturais as relações de poder. Todas as sociedades têm formas de poder diferenciadas, contudo, sendo este um problema estrutural não há como eliminá-lo, sob o risco de se perder a própria dinâmica social. O fenômeno do poder é estrutural, e parte de uma visão de unidade dos contrários, visão dialética, é também a mola mestra das transformações, pois é a partir dele que as contradições surgem, possibilitando que as sociedades se transformem, se inovem, se reestruturem, modifiquem. Este processo não finda porque justamente ainda que existam inovações nos arranjos sociais, as relações de poder, como fenômeno estrutural, continuará existindo e proporcionando o conflito, a contradição e, portanto, a tentativa de superação.

Em uma sociedade capitalista, é fundamental pensar paralelamente a importância da realidade econômica atrelada à política, pois a desigualdade do poder é também essencial à constituição das classes. Afinal a separação em classes ocorre igualmente pelo acesso ao controle social e, nesse caso, o lado econômico é principalmente o instrumento mais relevante de acesso ao controle social e aos respectivos privilégios, quando falamos em sociedades capitalistas.

Desta forma o pensamento histórico-estrutural parte da desigualdade social como conflito estrutural e atribui ao fenômeno da dominação mais relevância do que faz o marxismo.

Segundo Demo,

A luta contra o poder teria, assim, limites históricos. Não se coloca o problema se houve ou não estrutura de poder; a questão real seria, apenas, qual a forma concreta da estrutura de poder e que outra forma de estrutura de poder a respectiva contestação pretende realizar. Uma revolução política, ao desfazer uma estrutura vigente de poder, o faz, não porque liquide o problema histórico do poder, o emprego, esperando, após a vitória da revolução, implantar uma forma 'melhor' dele. O problema é, pois, como democratizar o poder, não como eliminá-lo. (DEMO, 1985, p. 95)

Portanto, a estratificação social é considerada um fato universal e inevitável com origem no fenômeno da dominação, descrito como componente estrutural da realidade histórica. Por meio dela realiza-se não somente o processo de institucionalização das diferenças, mas, igualmente o processo de mudança social. Se a desigualdade tem como base as estruturas de poder, a distribuição da desigualdade não se dá automaticamente, nem mesmo por consequência econômica, é sempre um ato político, de conquista do desigual. Democracia consiste na luta diária para sua contínua e infindável restauração.

Ao contrário dos funcionalistas, aqui nem todos os conflitos são superáveis e reguláveis, mas são os conflitos insuperáveis que apontam a possibilidade para superação de uma determinada formação histórica.

Podemos, portanto, questionar sobre as condições em que uma formação social pode ser alterada. Afinal, se de um lado não há história sem desigualdade, de outro, toda sociedade pode rever a desigualdade. Esse pensamento se harmoniza com o conceito de oportunidade histórica. A parte estrutural da desigualdade não se muda, mas a história representa a motivação central das mudanças, pois esta só existirá a partir de fatores históricos de formação da competência popular.

Será através da formação de uma cidadania autossuficiente que venha a regular o Estado, cobrando-lhe atitudes, vigiando-lhe posições, que novas formas de organização social se formarão (DEMO, 1996a, p. 1). O Estado não existe antes da sociedade, mas nasce dela, e nesse sentido uma sociedade não participante proporciona um Estado soberbo e dominador, além de caótico.

Segundo Bobbio, citado por Demo, democracia é o sistema político no qual o acesso ao poder pretende ser majoritariamente regulado em prol das maiorias, não de oligarquias. Não é viável suprimir o fenômeno do poder, porque faz parte da estrutura da sociedade, mas é bem possível administrá-lo de modo democrático, sobretudo com base num Estado de Direito. (DEMO, 1998c)

A formação de uma sociedade crítica e participativa torna-se premente num Estado democrático, constituindo-se em mecanismo de controle. A sociedade organizada é que definirá o alcance das políticas do Estado, como a possibilidade de formulações de políticas sociais que apontem formas menos desiguais de desigualdade, considerando a afirmação feita por Demo que “A Educação é o eixo em torno do qual giram as transformações modernas, agindo como referência matricial da pesquisa e da intervenção na realidade.” (DEMO, 1997, p. 11)

A escola é um ambiente privilegiado para socialização, permeada pelas representações enquanto instituição e dos agentes envolvidos no processo educativo. A cidadania tem na educação de qualidade uma oportunidade de se instrumentalizar.

Ainda, para esse autor “[...] uma das conquistas mais importantes do fim do século é o reconhecimento de que a cidadania perfaz componente mais fundamental do desenvolvimento, reservando-se para o mercado a função indispensável de meio.” (DEMO, 1997, p. 1)

Continua o autor:

[...] o fator essencial do progresso é a cidadania, definida como competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada. Para o progresso de formação dessa competência alguns componentes são cruciais, como a educação, organização política, identidade cultural, informação e comunicação, destacando-se acima de tudo o processo emancipatório, sendo que este funda-se, de partida, na capacidade crítica, para, com base nesta, intervir na realidade de modo alternativo. (DEMO, 1998b, p. 23)

Com essas considerações, torna-se mais clara a perspectiva que o texto discute ao considerar como principal instrumento de formação da cidadania emancipatória a educação que não é a mera transmissão reprodutora, mas a educação enquanto um processo de formação crítica e emancipatória.

Nesse quadro torna-se importante a figura do professor, que está diretamente relacionado ao contexto da formação do hábito nos alunos. Entendemos aqui que existe uma relação fundamental entre a qualidade política e formal do professor e a formação de uma cidadania crítica, emancipatória, política e participativa dos alunos.

Então, uma importante questão que devemos colocar é saber quais são as possibilidades do professor básico para a efetiva construção de novos arranjos sociais. Podemos demonstrar que consideramos uma excessiva autonomia do professor frente à sociedade a que pertence, mas, não significa absolutamente estar neste equívoco.

Consiste em considerá-lo como um agente histórico inserido dentro do contexto de unidade dos contrários, em que, apesar da sociedade ter certas estruturas, inclusive a educacional brasileira, será justamente dentro dela que surgem os conflitos e a possibilidade de construção de novos arranjos. Não queremos dizer que o professor aniquila, extingue os conflitos sociais, pois já esboçamos esta ideia no início do trabalho. O que pretendemos é demonstrar que este conflito intrínseco à estrutura é o que possibilita a reconstrução da história.

Considerando que a escola é uma instituição fundamental na formação da cidadania, acreditamos que será pela cidadania que encontraremos formas menos desiguais de desigualdade: econômica, política e cultural. Acreditamos que o professor é a figura central neste processo, pois cabe a ele transmitir ou construir a realidade, aparente ou ficcional, com a construção do conhecimento e da pesquisa. Construir implica em mudança consciente.

O desafio maior da cidadania é a eliminação da pobreza política, que está na raiz da ignorância acerca da condição de massa de manobra. Não cidadão é sobretudo quem, por estar coibido de tomar consciência crítica da marginalização que lhe é imposta, não atinge a oportunidade de conceber uma história alternativa e de organizar-se politicamente para tanto. Entende injustiça como destino. Faz a riqueza do outro, sem dela participar.” (DEMO, 1998c, p. 29)

Assim fazemos algumas afirmações como o fato da pobreza política ser o núcleo principal da pobreza material e ser a construção de uma cidadania participativa a forma para amenizar este problema.

A escola pode ou não tornar-se o ambiente possível para a formação de crianças e jovens que percebam a cidadania não como esmola nem mérito divino representado por atitudes distantes e inusitadas mas, acima de tudo, direitos a serem conquistados, não apenas formal mas efetivamente, isto só ocorre em uma sociedade que cobra, participa, reivindica e acima de tudo se percebe, se representa, como possuidora de direitos.

A escola mais que a qualidade formal deve ter a qualidade política. A escola é uma instituição e como tal tende a querer conservar os valores sociais como forma de conservar-se a si mesma e, nesse sentido, na maior parte das vezes torna-se conservadora. Dentro dessa estrutura encontramos o professor, não acima dela, não abaixo dela, mas como parte de um mesmo conjunto de situações historicamente formadas. Existe então um grau de dificuldade para que o próprio docente tome a frente desse processo de reconstrução da realidade social já que compartilha de um *habitus* que tende a ser o mesmo da instituição.

Tendo clareza e discernimento destas limitações, acreditamos que o professor é pensado enquanto um agente histórico, que em menor ou maior grau tem deliberações individuais: não é determinado pelo contexto, ainda que este exerça forte influência sobre ele. O fator diferencial entre a possibilidade ou não de construção de novas realidades sociais é analisada proporcionalmente à qualidade política do agente envolvido. O docente que está em condição de falta de cidadania e, portanto, de qualidade política não forma alunos que a tenham, transferindo a eles a pobreza política da qual se alimenta.

4. O que é qualidade política e formal do professor de educação básica

Para esclarecer e explicitar o que entendemos por qualidade política e formal do professor de educação básica, formulamos abaixo alguns pontos fundamentais.

Tomando como base as [obras de Demo](#) reunimos alguns itens importantes para situar o que consideramos fundamental para que o professor tenha qualidade formal e política para uma educação emancipatória.

- a) Avaliar constantemente a turma de alunos, de tal sorte que saiba dimensioná-la como um todo, pluralizado, e a cada aluno individualmente ao mesmo tempo, usando não apenas notas de provas, ou frequência mas, principalmente, o acompanhamento diário do desempenho e do comportamento coletivo e individual; é preciso acompanhar de perto não apenas o desempenho formal (aprendizagem), mas igualmente o desempenho em termos de qualidade política do aluno, captando os horizontes da cidadania: participação, presença ativa, espírito colaborativo e empreendedor, solidariedade, comunicação etc.;

- b) definir e acompanhar os alunos com maior dificuldade ou o grupo de risco. Desenhar com mão própria, programas específicos para esse grupo. Tais programas preveem mudanças didáticas, de organização curricular, de uso alternativo do tempo, de tal forma que se internalize o compromisso de que, diante do risco do fracasso, enfrentá-lo ostensivamente, tendo como base a competência do professor. Se este se sente despreparado para determinados desafios, terá que, por meio da pesquisa, encontrar saídas e apresentar-se assim, como ser capaz de dar conta da questão;
- c) construir material didático próprio, regionalizado, por exemplo, não só como signo da competência pessoal, mas sobretudo porque, tendo na mão a avaliação bem-feita e sempre renovada, usa o conhecimento para fazer a intervenção mais apropriada possível. A regra é: não há melhor material didático que o professor competente, usa de todos os materiais disponíveis, mas estes nunca substituem sua atuação. Ao mesmo tempo, ninguém consegue produzir material didático próprio inovador, sem pesquisa, sem elaboração própria, teorização das práticas e atualização permanente;
- d) apelar para as motivações modernas, equipamentos que auxiliem na atividade, sobretudo para instrumentações eletrônicas que, como regra, atraem muito as novas gerações, mesmo que nunca tenham contato mais direto na área, fazendo vídeos próprios, montando programas específicos, didáticos;

- e) fazer cotidiana a pesquisa como atitude, incluindo leitura crítica e avaliativa da realidade, representando aquele tipo de cidadão sempre crítico, de pé, que não deixa de ver as coisas como são, nem admite que lhe coíbam de vê-las. É andar de olhos abertos constantemente, realizando na vida diária o saber pensar e o aprender a aprender, recusa-se a ser massa de manobra ou a ser manipulado por outrem ou a conviver com as injustiças sociais. Quando lê, lê criticamente, quando age, age criticamente;
- f) ter presença formal e politicamente qualitativa na sociedade, levando simultaneamente a mensagem da inovação do conhecimento, ligada à ética social. Antigamente, o professor marcava presença com outras virtudes importantes à época como: distinção de comportamento, nobreza de postura etc., enquanto hoje se insiste muito mais na atualização em termos de conhecimento e na presença ética;
- g) busca incessante de informação atualizada, para fazer no mundo, sobretudo com seu dinamismo inovador; ler todo dia alguma coisa informativa pertinente, acompanhar os assuntos importantes da mídia, atualizar-se com o contemporâneo, estar a par de discussões científicas relevantes e assim por diante;

- h) cultivar a comunicação viva, atuante, participando ativamente no mundo das modernidades da informática e da eletrônica, não só para estar a par, mas para contribuir decisivamente com sua humanização; é essencial discutir a importância social, econômica e cultural da mídia, da disseminação do conhecimento inovador, do papel da reconstrução própria do conhecimento, olhando, de uma parte, para frente (a inovação) e, de outra, para trás (o chão cultural);
- i) participar ativamente na sociedade civil organizada, não só nas formas tradicionais como partidos, sindicatos, clubes, condomínios etc., mas, sobretudo em espaços associativos mais dinâmicos e decisivos, como associações de bairro, de profissionais específicos, de organizações não-governamentais, de interesses comuns nas quais se exerce uma cidadania mais viva e cotidiana;
- j) atualização permanente, leitura diária, como desafio fundamental da competência moderna, da qual o professor é exemplo, em leituras constantes mais sérias, como trabalhos científicos, assistência a conferências e a reuniões que apontam inovações, presença em agremiações destinadas ao cultivo do conhecimento: viagens culturais e informativas, formas de intercâmbio etc.
- k) (re) construção de projeto pedagógico próprio, presente, corporificando a competência de propor, de criar e expor, contrapor e sempre refazer a proposta;

- l) inovação curricular e educativa, procurando, ininterruptamente, condições renovadas de inovação e suplantando a imagem caduca do professor arcaico como reacionário a mudanças, totalmente à revelia do discurso;
- m) recapacitação constante, por meio de cursos longos, em que se reencontre mais especificamente com o desafio propedêutico, a pesquisa mais profissional, a elaboração própria com alguma sofisticação etc., de tal sorte que renove seu projeto pedagógico, continuamente;
- n) assinatura de revista especializada, como forma pertinente de acompanhar processos inovadores; inclui-se aí também a obtenção de material especializado, publicado sob outras formas;
- o) inovação constante, busca incessante, manifesta no interesse sempre alerta pelo dinamismo inovador da sociedade moderna com base na (re)construção do conhecimento; precisa saber das coisas e das tendências dos ventos, para não se encurralar no atraso ou na mera resistência;
- p) humanização da inovação, demonstrando o justo equilíbrio entre progredir por força do ímpeto contestador do conhecimento e colocar o progresso a serviço da humanidade, sobretudo dos excluídos; não cabe ao professor, nem o modernismo que a tudo estabiliza, nem a postura retrógrada, como se nada pudesse ser renovado.

Segundo Demo, “[...] o professor comparece como o guardião do conhecimento humanizado e humanizante [...]. No contexto do questionamento reconstrutivo, cabe ao professor saber olhar criticamente a realidade e agir nela com conhecimento de causa.” (DEMO, 1995, p. 194)

Neste sentido, a qualidade formal é fundamental para a qualidade política. O professor que reconstrói conhecimento, que têm projeto próprio, não é apenas um objeto do desenvolvimento e das inovações, mas sujeito de sua história.

Assim, afirma Demo,

O professor precisa de visão geral para se posicionar; de visão social para perceber a sociedade de que fazemos parte; de visão profissional para alimentar a inserção local e no mundo do trabalho; de visão autocrítica para se emancipar como sujeito histórico. Por outra, e com conhecimento sempre renovado na mão, há de agir como cidadão participativo e colaborativo, com noção concreta dos direitos individuais e sociais, com capacidade profissional sempre exemplar, com percepção acurada dos desafios globais da sociedade mundial. À primeira vista, parece que estamos pedindo muito. Na verdade, não se pede mais do que seria a cidadania normal de qualquer cidadão, que no professor deveria apenas aparecer com nitidez inequívoca. (DEMO, 1995, p. 194)

As transformações ocorridas na atualidade requerem ser consideradas de grande importância para a reflexão do professor, para que a mudança na educação não seja produto de fora para dentro e de cima para baixo; a inovação interessa apenas quando somos seu sujeito, seu agenciador, não seu objeto. Afinal, o objetivo é o alcance de uma educação humanizada no caminho da cidadania. É fundamental o cultivo integrado da matriz educação e conhecimento, com qualidade formal e política, sendo que a qualidade formal é meio de inovação, e a qualidade política o seu fim ético.

“A ação humanizadora do educador posta-se na conjugação hábil dos desafios da inovação e da ética, ou da educação e do conhecimento, de tal sorte que se possa falar de desenvolvimento integrado do ser.” (DEMO, 1995, p. 195)

Será que estamos pedindo muito ao professor? Segundo Demo,

[...] estamos apenas pedindo que seja educador, que, entre outras virtudes, precisa ser o signo da inovação humanizada. Um dos traços mais fortes da competência está no fazer e, sobretudo fazer-se oportunidade histórica. O professor precisa ser a cara disso. É decisivo restabelecer a autoestima do professor, recuperando a coragem de ser exemplo, não apenas de dar aula. É fundamental que ele mostre e se mostre, para motivar o aluno à mesma aspiração emancipatória. A atual crise de motivação tem inúmeras, mas uma delas está também no desestímulo que envolve o professor. Quando se é pouco competente e mal pago, é difícil buscar razões para gostar

do que se faz. Todavia, não está em jogo apenas o direito do professor, mas, sobretudo do aluno. Em nome deste, será mister fazer da escola lugar privilegiado da cidadania e principalmente equalização de oportunidades. (DEMO, 1995, p. 197)

Fazemos este questionamento porque acreditamos que a produção do conhecimento é fator de transformação histórica, tanto no sentido econômico do mercado, como no caminho da cidadania. Segundo Demo,

A capacidade de interferência política precisa da técnica científica como instrumento. Não se trata, assim, apenas de cidadania instrumentada pelas habilidades do conhecimento desconstrutivo. Dito de outra maneira, não se muda a História apenas com qualidade política. É preciso igualmente qualidade formal, que expresse a competência técnica de manejar conhecimento. [...] A capacidade de intervenção inovadora provém do conhecimento, porque este possui o agulhão do questionamento, sobretudo em sua versão pós-moderna. O que a educação agrega sobretudo é o direcionamento ético/utópico, que é o sentido das coisas. (DEMO, 2000, p. 65)

Não afirmamos que a educação é, por si, só transformadora, que tem alguma virtude intrínseca, quase automática, que sempre desperta o desejo de mudança. Afinal a cidadania é fator fundamental das mudanças, mas considerada a partir das circunstâncias possíveis pois nossa visão deve entendê-la situada na dialética histórico-estrutural.

Portanto, “[...] o principal poder de transformação da educação está na capacidade de formar sujeitos capazes de história própria, individual e coletiva, que, dentro de circunstâncias dadas, elaboram competência humana suficiente para dar sentido alternativo à História.” (DEMO, 2000, p. 64)

O caminho para uma educação de qualidade que passa do mero instrucionismo à formação crítica, sem dúvida passa pelo professor. Mas não qualquer professor, aqueles que sabem pesquisar, que sejam autocríticos, que consigam elaborar o próprio material e assim inovarem. Enfim, que reconstruam conhecimento, que sejam criativos e bem informados, caso contrário, ainda que bem intencionados aqueles que ainda apenas transmitem informações, principalmente em locais em que a precariedade de profissionais e de formação é maior, como em alguns locais do país, estão oferecendo uma educação que continuará formando massas de manobra, contingentes de analfabetos políticos que entendem cidadania como presente do Estado, e renovam os privilégios dos grupos de elites que conseguem fazer a história caminhar em seu benefício.

Desta forma a produção do conhecimento não é fator de transformação apenas na economia e uma necessidade do mercado, mas um momento de oportunidade. “O que distingue uma sociedade do conhecimento, sobretudo do ponto de vista de suas precursoras históricas, é que se trata de uma sociedade que é, em nível sem precedentes, o produto de sua própria ação.” (DEMO, 2000, p. 66)

O professor que está preocupado com sua capacidade de criar e produzir conhecimento e organiza a ação pedagógica tendo a mesma preocupação voltada aos alunos, ainda que enfrente os limites estruturais que o sistema lhe impõe, está no caminho da educação que acreditamos seja a política social que pode amenizar o fosso que separa dominantes e dominados. Afinal, “[...] embora o conhecimento não possa tornar-se panaceia, representa hoje a hipótese mais relevante em termos da formação da capacidade de mudança, para o bem e para o mal.” (DEMO, 2000, p. 67)

Ter leitura crítica da realidade é pelo menos um caminho mais próximo da mudança, pois instrumentaliza a construção da cidadania e esta abre novos caminhos. Assim, nossa análise sobre a qualidade formal e política dos professores realizada até agora pode conduzir ao descrédito.

Essa situação ainda que pareça desencorajadora, não significa perda, pois dentro da própria escola percebemos que parte dos professores têm buscado romper com essas limitações impostas pelo sistema, como o hábito do reprodutivismo tão acalentado pelos coordenadores e até mesmo pais dos alunos, que se julgam de vanguarda.

Discutindo o caráter transformador ou não da educação Demo cita o pensamento de Paulo Freire

Reconhecendo ser a educação parte da superestrutura, não produz transformação social per se. Embora seja fundamental para a transformação social, não é a chave, no sentido de que sozinha, decidiria a questão. Valoriza, por isso, sua função de utopia ou esperança, na condição permanente de crítica negativa, apontando para outro lado e incidindo sobretudo na formação da cidadania. (DEMO, 2000, p. 62)

Se necessitamos de uma educação que entende a cidadania como espaço de construção e de conquista assim como acreditamos na relação entre esta conquista e a capacidade construtiva e reconstrutiva de conhecimento, não podemos concordar com o mero repasse de informações e cabe ao professor tornar-se o maior interessado nesta mudança, afinal, “[...] o mero repasse de conhecimento não carece de aula, nem de professor. A eletrônica faz isso bem melhor. Mas a aprendizagem reconstrutiva de teor político precisa do professor, de estilo maiêutico, como parceiro da consciência crítica.” (DEMO, 2000, p. 35)

Conclusão

Compreendemos que o professor é alvo de ataques críticos de um lado, e, de falta de valorização pessoal e financeira, por outro. Contudo, se ele não pode sobreviver a um processo avaliativo, como pode formar um aluno que consiga passar pelas avaliações cotidianas da vida? Se não é cidadão para ser sujeito de sua história, como pode ser fomentador de alunos cidadãos?

A educação enquanto política social de enfrentamento da desigualdade é equalizadora de oportunidades, precisa instrumentalizar a construção da cidadania, tornando os alunos capazes de fazer história: própria e coletiva, de conquistar e exigir direitos e com isso ampliar a democracia. A sociedade precisa ter o controle sobre o Estado e não vice-versa.

Se o professor precisa esconder-se, como colabora com uma educação emancipadora? O caminho com certeza não é esconder-se ou calar-se. Os limites dos professores são muitos, afinal estão inseridos no sistema, enfrentam, portanto, todos os empecilhos estruturais para efetivar mudanças na educação. Contudo, sendo parte do sistema, colaboram para sua precariedade. Se olharmos a questão de modo dialético estrutural, veremos que o conflito é intrínseco ao sistema, e que as estruturas são construídas historicamente, logo, não podemos usar o sistema como muleta e esquecer da capacidade histórica de construir alternativas menos taxativas e discriminatórias.

O professor não é um super-herói, é cidadão, mas um cidadão que entende cidadania como espaço de conquista e de luta, não um presente perpétuo. Se o professor for capaz de lutar pela sua cidadania entende que não precisa se esconder e passar essa vivência adiante, instrumentalizando os alunos para fazerem o mesmo.

Referências

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

CAMPS, V. O sentido do trabalho e o *ethos* individualista. **O socialismo do futuro, futuro do trabalho**. Revista Instituto Pensar – Fundação Sistema, n. 6, 126-142, 1993.

DEMO, P. **Sociologia - Uma introdução crítica**. São Paulo: Atlas, 1985.

_____. **ABC Iniciação à competência reconstrutiva do professor básico**. Campinas: Papirus, 1995.

_____. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Autores associados, 1996a.

_____. **Política social, educação e cidadania**. 2. ed., Campinas: Papirus, 1996b.

_____. **A nova LDB – Ranços e avanços**. Campinas: Papirus, 1997.

_____. **Conhecimento moderno** - Sobre ética e intervenção do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1998a.

_____. **Pobreza política**. Campinas: Autores Associados, 1998b.

_____. **Participação é conquista**. São Paulo: Autores associados, 1998c.

_____. Educação profissional - Mito ou realidade. In: **Ser Social**: Revista de Pós-graduação em Política Social do Dep. de Serviço Social da UnB, Brasília, n.5, 123-142, 1999.

_____. **Ironias da educação**: mudanças e contos sobre mudança. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

GORZ, A. Direito ao trabalho versus renda mínima. **Revista de Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 52, 30-88, dez. 1996.

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE DO
PARANÁ - UNICENTRO**

**NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - NEAD
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB**

Prof.^a Dr.^a Sandra Aparecida Machado Polon
Coordenador Geral Curso

Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Crissi Knuppel
Coordenadora Geral NEAD / Coordenadora Administrativa do Curso

Prof.^a Dr.^a Marisa Schnekenberg
Coordenador de Tutoria

Prof.^a Ms.^a Marta Clediane Rodrigues Anciutti
Coordenadora de Programas e Projetos / Coordenadora Pedagógica

Murilo Holubovski
Designer Gráfico

Pixabay / Pexels
Elementos gráficos